

SOLDADOS DO NORTE NAS GUERRAS DO SUL: O RECRUTAMENTO MILITAR NA BAHIA E EM PERNAMBUCO PARA A COLÔNIA DO SACRAMENTO

Paulo César Possamai*
(Universidade Federal de Pelotas)

Resumo: O Norte do Estado do Brasil contribuiu com a formação e defesa da Colônia do Sacramento. Este artigo abordará o recrutamento militar nas capitanias do Norte, especialmente na Bahia e em Pernambuco durante o século XVIII. Daremos ênfase ao período do cerco de 1735 a 1737, quando foi feito um intenso recrutamento em Portugal e em várias capitanias brasileiras visando a impedir a conquista de Sacramento pelos espanhóis, assim como fortificar o Rio Grande de São Pedro, de onde poucos homens conseguiram voltar para casa.

Palavras-Chave: recrutamento, guerra, povoamento

Abstract: The North of the State of Brazil contributed to the creation and defense of Colonia do Sacramento. This article will address the military conscription in the Northern provinces, especially in Bahia and Pernambuco during the Eighteenth Century. We will give emphasis to the period of the siege from 1735 to 1737, when a large conscription was enforced in Portugal and in many Brazilian provinces in order to avoid the conquest of Sacramento by the Spaniards, as well as to strengthen Rio Grande de São Pedro, from which few men could return home.

Key-words: conscription, war, settlement.

A fundação da Colônia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires, existente na época da União Ibérica, assim como da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata. Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os portugueses. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África foram os principais fatores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires durante a União Ibérica.¹ Essas vantagens levaram D. Pedro, Príncipe Regente de Portugal, a ordenar a fundação de uma fortaleza no Rio da Prata.

Em janeiro de 1680, D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, chegou ao local designado pelo regimento que lhe deu o Príncipe Regente para fundar uma fortaleza. Com nome de Santíssimo Sacramento, ela foi erguida em frente às ilhas de

São Gabriel, às margens do Rio da Prata. Contudo, a expedição não pôde resistir muito tempo ao ataque combinado das forças coloniais espanholas e dos exércitos indígenas das missões jesuíticas, grupos para os quais a expansão portuguesa constituía uma grande ameaça. A destruição de Sacramento, levada a cabo oito meses após sua fundação, irritou profundamente o Príncipe Regente que, sob ameaça de guerra, forçou a Coroa espanhola a restituir-lhe a posse do território conquistado através do Tratado Provisional de 1681.

Foram bastante difíceis os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento dos portugueses em Colônia em 1682, quando as restrições do governo de Buenos Aires, que procurava impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem que abundava na campanha, se somaram à corrupção generalizada que marcou o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689). A situação melhorou consideravelmente sob as administrações de Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e de seu sucessor, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), com o incremento da política de povoamento e uma intensa exploração das riquezas pecuárias da Banda Oriental.²

A Guerra da Sucessão Espanhola colocaria Portugal e Espanha em campos opostos na Europa, resultando no rompimento das hostilidades no Prata e no abandono de Colônia aos castelhanos em 1705. A guerra terminou com a assinatura dos tratados de Utrecht, nos quais Felipe V teve de fazer várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações européias à ascensão dos Bourbons ao trono espanhol. O tratado de paz com Portugal, assinado em 1715, assegurou aos portugueses a devolução do território da Colônia do Sacramento.

A partir de então, a Coroa portuguesa iniciou uma verdadeira política de povoamento na região, enviando sessenta casais da província de Trás-os-Montes em 1718 para dar início à agricultura assim como garantir uma guarnição militar permanente. As constantes deserções dos soldados que serviam em Sacramento levaram o Conselho Ultramarino a defender o envio de casais, argumentando que “à experiência de tantos desertores será melhor que vão casais porque não é tão fácil largarem suas mulheres e filhos e irem viver em reino estranho”.³ A política de favorecer a colonização através do envio de casais estava intimamente ligada à instituição militar. Cedo os povoadores foram enquadrados no sistema militar, pois antes mesmo que chegassem ao seu local de destino, a Coroa já enviara trezentas armas para a formação

de “algumas companhias de ordenança dos mesmos casais que ajudem a defesa da dita praça”.⁴

Se os primeiros tempos ainda foram difíceis devido aos problemas de abastecimento que marcaram o governo de Manuel Gomes Barbosa (1716-1722), a situação mudaria radicalmente com a chegada do seu sucessor. A junção do apoio decidido da Coroa à grande capacidade administrativa do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749) foram os fatores responsáveis por um período de grande desenvolvimento que pode ser considerado como o apogeu da presença portuguesa no Rio da Prata.

Porém, a prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento preocupava a Coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. A tensão permanente, alimentada pelos freqüentes conflitos com os espanhóis e indígenas na campanha, chegaria ao auge em outubro de 1735, quando as tropas hispano-indígenas apareceram em frente aos muros da Colônia do Sacramento, iniciando um sítio que duraria cerca de dois anos.

Com o armistício de 1737, inicia-se uma nova fase da história da Colônia do Sacramento. Como bem observou Rego Monteiro, “terminou o período áureo da Colônia do Sacramento, jamais voltaram a ter seus arredores aquela riqueza de produção, que fazia dela a cobiça espanhola”.⁵ De fato, o campo de bloqueio espanhol impediu a retomada da produção agrícola e pecuária por parte dos habitantes da Colônia do Sacramento, que tiveram que buscar o abastecimento entre os inimigos. Segundo Fabrício Prado: “Tal momento marca uma inflexão da estratégia lusitana. A Colônia do Sacramento, a partir de então, assumia a constituição de um porto comercial sem um entorno agrícola e uma possível moeda de troca por territórios de Espanha”.⁶

Por sua vez, a busca por gêneros alimentícios em Buenos Aires justificava a presença constante de embarcações portuguesas na cidade, que na maioria das vezes transportavam mercadorias de contrabando. Também era freqüente a passagem de suprimentos e contrabando através da guarnição responsável pela manutenção do campo de bloqueio. Portanto, ao contrário do que era de se esperar, o campo de bloqueio espanhol contribuiu para o desenvolvimento do comércio ilícito na região platina.

Embora o Tratado de Madri, em 1750, estipulasse a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ela jamais foi efetivada, sendo que o Tratado

de El Pardo, de 1761, anulou o anterior. A guerra voltaria ao Prata como consequência do conflito europeu que opôs os Bourbons à maior parte das demais nações européias, entre as quais Portugal, resultando na capitulação de Colônia frente ao governador de Buenos Aires, em outubro de 1762. Pelo Tratado de Paris, assinado em fevereiro de 1763, a influência da Inglaterra, novamente líder vitoriosa de outra liga contra Espanha e França, obrigou a Coroa espanhola a devolver Sacramento aos portugueses.

Entretantes, uma nova guerra entre Espanha e Portugal, desta vez sem a participação dos seus poderosos aliados europeus (respectivamente França e Grã-Bretanha), possibilitou a reconquista de Sacramento pelos castelhanos em 1777. Sem a ajuda dos britânicos, ocupados em sufocar a rebelião das suas colônias na América do Norte, os portugueses não puderam assegurar seu retorno ao Prata, sendo que o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em outubro do mesmo ano, manteve a Colônia do Sacramento em poder da Espanha, situação que seria ratificada pelo Tratado de El Pardo, assinado em março do ano seguinte.

O sistema de recrutamento

Em Portugal, o sistema de recrutamento foi estabelecido pelo Regimento das Ordenanças de 1570, o qual regulamentava que toda a população masculina, dos 16 aos 60 anos, excetuando os privilegiados, estava enquadrada no regime de ordenanças, que tinha por principal função recrutar homens para as tropas de linha e tropas auxiliares.⁷ Constituindo um dos suportes fundamentais da estruturação das relações de poder em nível local, essa organização subsistiu até a vitória do regime liberal, já no século XIX.⁸ Nos corpos de ordenança, os privilégios de uma patente militar não se traduziam em ganhos monetários, mas em prestígio e posição de comando. Para a Coroa, interessada em reduzir seus gastos com a administração, não era de todo inconveniente fornecer alguma parcela de poder em troca do serviço não remunerado.⁹

Se a incorporação aos corpos de ordenança era mesmo desejada por uma parcela da população, o mesmo não ocorria com relação ao recrutamento para a tropa de linha. Como só em 1779 um decreto estabeleceu em dez anos a duração do serviço militar. Antes dessa data a incorporação ao exército era encarada como uma condenação perpétua, sentimento reforçado pelos autores militares, que se referem ao serviço militar

como uma forma de “servidão”, ou mesmo de “escravidão”.¹⁰ Em vista dessa situação, é natural que os homens procurassem por todos os meios evitar a conscrição.

Se, a princípio, todos os homens celibatários, entre os 17 e 30 anos, estavam aptos para serem inscritos nas tropas regulares, uma série de privilégios concedidos pela Coroa a determinadas profissões e devoções religiosas oferecia refúgio a muita gente contra a atuação dos recrutadores.¹¹

A disseminação dos privilégios que, muitas vezes se estendiam aos subordinados dos detentores dos mesmos,¹² permitiu a criação de amplas redes de proteção contra o recrutamento compulsório,¹³ fazendo com que o alvo principal dos recrutadores recaísse sobre os vagabundos, malfeitores, trabalhadores itinerantes e todos aqueles que não contavam com a proteção das comunidades locais.¹⁴ Aos privilegiados pela Coroa somavam-se os protegidos pelas autoridades locais. Henry Koster, que morou em Pernambuco em princípios do século XIX, viu “muitos rapazes serem levados para o serviço quando eram sustentáculos de suas famílias, sendo que outros, vivendo na ociosidade, foram protegidos pela defesa do capitão-mor”.¹⁵

Em 1762, o governo interino da Bahia informou a Coroa sobre as dificuldades que encontrava para completar o Terço de auxiliares, “sendo a causa desta grande falta o grande número de privilegiados que tem esta terra”. Entre os privilegiados listavam-se os pedintes da S. S. Trindade, Santo Antônio e Meninos Órfãos, Tesoureiros da Bula da Santa Cruzada, familiares do Santo Ofício, moedeiros, relojoeiros, tanoeiros, carvoeiros, marinheiros, carpinteiros e calafates. Quanto aos “homens de negócio e seus caixeiros só querem alistar-se nas ordenanças, querendo entrar no número dos privilegiados, o que tudo faz um grande número de homens com que não só se podia completar o Terço de Auxiliares, mas ainda fazer outro”.¹⁶

Não é de se estranhar que se buscasse antes a incorporação aos corpos de ordenança que às tropas auxiliares, uma vez que as ordenanças não só asseguravam um certo status social, como também garantiam a seus membros que eles não seriam enviados em missões para fora da área de atuação do regimento, sem falar no poder que advinha da execução do recrutamento. Era prática comum que as pessoas abusassem do poder que lhes fora conferido pelo sistema de ordenanças durante o alistamento militar a fim de proceder a vinganças pessoais.

Martinho de Mendonça, governador interino de Minas Gerais, escrevia ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, em 1736, falando do

recrutamento para a Colônia do Sacramento, que “os oficiais das milícias nada desejam tanto como estas prisões”.¹⁷ Escrevendo em fins do período colonial, Henry Koster assim descrevia o período em que se ordenava o recrutamento: “É nessa ocasião que a tirania tem o seu esplendor, que o capricho e o arbítrio se aliam e que a mais injusta parcialidade prevalece, e se executa a mais intolerável opressão”.¹⁸ Não é à toa que personalidades que se destacavam nas comunidades fizessem questão de obter cargos de comando nas ordenanças. Romero Magalhães sintetizou o poder de que estavam investidos com uma frase: “Fazer soldados, poder tremendo! Não os fazer, maior ainda”.¹⁹

Buscava-se, portanto, escapar ao alistamento de todas as maneiras, pois, devido às péssimas condições da vida do soldado, a carreira militar era execrada pela população pobre que não tinha condições financeiras para ascender na hierarquia militar. Em 1761, o governo interino informou à Coroa que, na Bahia, era “muito abominável o nome de soldado, e por este motivo não há ninguém que por seu gosto queira sentar praça, e todo aquele que foi obrigado o seu maior empenho e diligência é o livrar-se de soldado”. Os poucos que buscavam o serviço militar voluntariamente o faziam forçados pela total falta de perspectiva, como o governo baiano alertava Lisboa, dizendo que os voluntários eram “quase todos crianças, filhos de gente tão pobre que andam pelas ruas nus só com a camisa, que chegando à idade que já se envergonham de andar assim, vêm sentar praça por terem [com] que vestir e com que se alimentar”.²⁰

Embora esta situação fosse crônica em Portugal e seus domínios, ela era bastante comum em toda a Europa durante o Antigo Regime, com pequenas variações em cada reino, uma vez que, em geral, as monarquias buscavam evitar o recrutamento dos privilegiados e das camadas produtivas da sociedade. Um meio de conseguir soldados “voluntários” era recrutar os camponeses durante o inverno, quando, para fugir da fome, muitos se alistavam. Contudo, a conscrição foi implantada na França em 1688 e no ano seguinte em Hanover e na Prússia. Em 1704 ela foi adotada na Inglaterra como “uma medida de polícia” contra vagabundos e mendigos, prática que foi regulamentada pelo *Conscription Act*, de 1709.²¹ Comparando a formação das forças armadas de sua época com o exército composto de cidadãos na antiga Roma, Montesquieu escreveu: “Entre nós, as deserções são freqüentes, por que os soldados são a mais vil parte de cada nação...”.²²

No Brasil, a resistência ao serviço militar era tão grande que boatos sobre o recrutamento perturbavam o cotidiano de vilas e cidades. Em agosto de 1704, o governador-geral escreveu ao sargento-mor da vila do Camumú, na Bahia, para remeter presos a Salvador os viajantes que passaram pela vila espalhando o boato que ele mandara “prender gente para a Nova Colônia”.²³ De fato, bastava um rumor nesse sentido para que a população buscasse na mata um refúgio contra os recrutadores.²⁴

O serviço militar em regiões periféricas, como era o sul da América portuguesa, podia servir como castigo aos soldados rebelados. Segundo Kalina Vanderlei, em 1723 as guarnições do Recife e de Olinda se amotinam por falta de pagamento. As tropas foram perdoadas pelo governador Manuel Rolim de Moura, mas seu sucessor, Duarte Sodré Pereira, anulou o perdão e mandou os rebeldes para a Colônia do Sacramento em 1728. Situação semelhante aconteceu em 1817, quando os soldados dos dois regimentos do Recife que participaram da revolução foram enviados para Montevidéu depois de serem perdoados pelo governador.²⁵

O governo do Rio de Janeiro também costumava enviar degredados para o Prata. Em 1685, um bando do governador condenou ao degredo para Sacramento qualquer pessoa que fosse apanhada mascarada nas ruas do Rio, devido ao grande número de abusos e violências causadas pelos mascarados.²⁶ Em 1732, o governador do Rio queixou-se de que o governador de Colônia lhe devolvera o soldado Diogo de Faria, por ser de ânimo “ferino e matador”. Em resposta aos protestos enviados ao Conselho Ultramarino, o governador do Rio comprometeu-se a não mais enviar para Colônia “nem fracos porque não servem para o serviço, nem os de gênio matador, ainda que esse seja o ofício dos soldados”.²⁷

O exemplo para os governadores era dado pela Coroa portuguesa, que fazia intenso uso do degredo como uma forma de garantir o incremento da população branca nas colônias, ao mesmo tempo em que tentava libertar-se de elementos indesejados na metrópole e que, por sua vez, poderiam ser úteis na defesa dos domínios ultramarinos. Boxer refere-se a essa política, dizendo que foram sentenciados ao degredo “multidões de larápios insignificantes e de criminosos menores a períodos longos de prisão ou ao exílio, por crimes que hoje em dia seriam esquecidos através de uma caução ou de uma pequena multa”.²⁸

Se, a princípio, a escolha do local de exílio era feita de acordo com a gravidade do crime cometido, em fins do século XVII, o sistema de degredo passou a ser utilizado

como um instrumento muito claro de colonização, buscando assegurar a remessa de gente às regiões aonde a imigração livre não chegava.²⁹ Assim sendo, o número de degredados teria variado muito de colônia para colônia.

Numa tentativa de aumentar a presença portuguesa no Prata, um decreto real, assinado em 29 de outubro de 1689, ordenou que os homens e as mulheres condenados ao degredo no Brasil podiam ter suas sentenças comutadas para a Colônia do Sacramento,³⁰ para onde foram enviados quinze homens em 25 de janeiro de 1690.³¹ Em 1722 um decreto suspendeu o exílio para o Estado do Brasil, incluindo a Colônia do Sacramento, e instruiu os juízes para que banissem os degredados para o Maranhão, Cabo Verde, Ceará, Angola, Índia ou Castro Marim, na fronteira luso-espanhola.³² Entretanto, embora cessasse o envio de exilados do Reino para Colônia, até a década de 1770 os governadores do Rio de Janeiro, e depois os vice-reis que viviam nessa cidade, continuaram a remeter civis e soldados como degredados para Sacramento.³³

Nortistas na Colônia do Sacramento

As capitanias do Norte do Estado do Brasil contribuíram para a fundação portuguesa no Rio da Prata em diferentes momentos. Se a participação de Pernambuco é mais pontual, mas presente a partir do cerco que se estendeu de 1735 a 1737, a da Bahia é constante, pois, como sabemos, a capital baiana também foi a capital do Brasil até 1763. Portanto, já na primeira expedição de socorro frente ao ataque dos espanhóis à recente fundação de Sacramento, em 1680, à câmara de Salvador foi ordenado que se pagasse dois meses adiantados dos soldos das quatro companhias de infantaria que deviam partir da Bahia.³⁴

Em outubro de 1703, embarcaram em Salvador dois capitães com duzentos soldados de duas companhias de infantaria, cujos soldos deveriam ser pagos pela câmara.³⁵ Em dezembro do ano seguinte a câmara recebeu uma portaria para remeter um conto, setecentos cinquenta e um mil e quatrocentos réis para o provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro a fim de pagar os nove meses de soldos atrasados dos militares que foram enviados da Bahia para a Colônia do Sacramento.³⁶ Em 1705, quando a população de Sacramento foi evacuada para o Rio de Janeiro por conta de outro ataque dos espanhóis, a câmara de Salvador foi novamente convocada para pagar as rações de farinha da tropa até que se desse a volta dos militares à Bahia.³⁷

Restabelecida a posse da Colônia do Sacramento para Portugal através do Tratado de Utrecht, assinado em 1715, a expedição encarregada de reconstruir a fortaleza foi enviada do Rio de Janeiro. Porém, não tardou para que a Bahia, onde residia o vice-rei do Brasil, fosse convocada a participar do projeto colonizador português no Rio da Prata. Em 1722, D. João V ordenou ao vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, conde de Sabugosa, que registrasse os socorros em munições, soldados e profissionais (pedreiros e carpinteiros) que enviara para a Colônia do Sacramento. O vice-rei pensou em agregar mais gente aos soldados que vinham da metrópole, mas refletiu que, se “das praças do Brasil pudessem ir alguns vadios, contudo não me parece conveniente por que tanto que chegam, desertam para os castelhanos, do que se segue por muitas razões o prejuízo que Vossa Majestade não ignora”.³⁸

Em outubro de 1724, o vice-rei escreveu ao governador do Rio de Janeiro informando-o de que aportou em Salvador o navio *Jesus, Maria José*, que vinha de Lisboa com destino a Sacramento com munições e cem homens “que junto com os que Vossa Senhoria remeteu poderá aquele presídio ficar com uma grande guarnição”.³⁹ O rei agradeceu pela assistência dada aos soldados, profissionais e casais destinados à Colônia durante sua estadia em Salvador. A Coroa se preocupava com uma possível fuga dos soldados e por isso mandou prender os militares desembarcados, pois:

*suposto que os soldados sentaram praça voluntariamente talvez se valessem desse pretexto para sua deserção visto estarem impedidos para passarem ao Brasil sem todas aquelas circunstâncias se façam dignos de passaportes e nesta moral certeza os mandareis recolher no forte de São Pedro aonde têm quartéis com toda a segurança, parando poderem fugir e achar-vos sem eles quando a nau fosse para a Colônia.*⁴⁰

O vice-rei acrescentava ainda que ao socorro destinado em Lisboa à Colônia do Sacramento agregou “algumas pessoas que poderão ser profícuas àquela povoação”.⁴¹ O documento não informa quais seriam essas pessoas, se casais ou homens recrutados para a guarnição de Colônia.

Em 1731 o rei escreveu ao conde de Sabugosa ordenando-lhe que suprisse a falta de oficiais do Terço de Sacramento, ao que o vice-rei respondeu: “pela parte que me toca farei com que se evite a excessiva falta de oficiais que se experimenta na praça da

Nova Colônia do Sacramento”.⁴² O comentário lacônico não diz que meio utilizaria para suprir a guarnição com oficiais.

Se a maioria dos militares que serviam na Colônia do Sacramento vinha do Rio de Janeiro e da metrópole, em situações de grande perigo mobilizavam-se todos os recursos humanos e materiais do Estado do Brasil, como ocorreu durante o cerco de 1735-1737, quando foram enviados para Sacramento reforços provenientes da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Deteremo-nos aqui no recrutamento efetuado nas capitânicas do Norte.

Em fevereiro de 1735 um incidente diplomático envolvendo o embaixador português em Madri levou ao rompimento das relações entre as coroas ibéricas. Sem esperar pela declaração de guerra, o governador de Buenos Aires recebeu ordem de seu rei para atacar a Colônia do Sacramento. As tropas espanholas, reforçadas pela chegada dos índios das missões jesuíticas, foram estreitando aos poucos os movimentos dos portugueses e, em 30 de maio de 1735, o comerciante José Meira da Rocha escrevia que “está isto tão miserável que nem sequer lenha nos deixam os castelhanos tirar da campanha, tomando para seu poder todos os carros e escravos que a vão buscar”.⁴³ Em 29 de julho iniciou-se o bloqueio naval, quando um navio que saía carregado de Colônia com destino à Bahia foi apresado pelos espanhóis.⁴⁴

Alguns dias antes, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos escreveu ao rei pedindo-lhe novos artilheiros, pois os vinte e um com quem contava “são incapazes por velhos e estropiados; e o mesmo sucede aos seus oficiais”. Reforçava então à Coroa o pedido que fizera ao vice-rei para que lhe mandasse seis oficiais e cinquenta soldados de artilharia. Pedia a D. João V que ordenasse ao vice-rei o recrutamento compulsório de Diogo Pais, que servira anteriormente em Colônia como ajudante de artilharia e que, após casar-se em Salvador, abandonara o serviço militar. Embora recomendasse o emprego da força, Vasconcelos aconselhava que se lhe desse, ou promettesse, a patente de capitão, a fim de que Diogo Pais fosse para Sacramento “com mais gosto”.⁴⁵

D. João V acolheu o pedido do governador Vasconcelos e escreveu ao vice-rei, conde das Galveias, para que mandasse logo embarcar Diogo Pais para Colônia “dando-lhe ou prometendo-lhe a patente de capitão”, a fim de que ensinasse o manejo da artilharia em Sacramento. Porém, segundo o vice-rei, Diogo Pais achava-se “embaraçado com as contas de tesoureiro dos defuntos e ausentes desta comarca e com muitas outras dependências”. Tendo em vista esta situação, o conde das Galveias enviou

como substituto um capitão de artilharia “que já no Rio de Janeiro, no tempo em que aí se deteve, deu mostras da sua capacidade”.⁴⁶

Avisado do ataque espanhol à Colônia do Sacramento, o vice-rei tratou de organizar uma expedição de socorro que saiu de Salvador, a bordo de dois navios, em 31 de dezembro de 1735. Compunha-se de um destacamento de duzentos soldados, retirados dos dois Terços que guarneciam a cidade, aos quais se acrescentaram três capitães de infantaria e um de artilharia, três alferes, seis sargentos e cinquenta artilheiros. Os reforços foram divididos em quatro companhias: duas de sessenta soldados cada e uma de oitenta, enquanto outra reunia os cinquenta artilheiros.⁴⁷

A escala das tropas da Bahia no Rio de Janeiro trouxe o medo da deserção e por isso o governador ordenou que todos os oficiais e soldados estivessem sempre a postos nos quartéis consignados, sendo castigados como desertores os que se ausentassem deles. O castigo incluía as pessoas que ajudassem os desertores, incorrendo em pena de cinco anos de degredo em Angola.⁴⁸ Porém não havia só o risco de deserções, pois enquanto se esperava a partida da frota para Sacramento irromperam distúrbios entre os reforços vindos da Bahia e a guarnição do Rio de Janeiro, causando certo número de baixas entre mortos e encarcerados.⁴⁹

O recrutamento forçado trazia diversos problemas, dentre os quais, o principal era a dificuldade em manter a disciplina entre homens sem treinamento militar. Segundo o cronista Simão Pereira de Sá, mal desembarcado o destacamento da Bahia em Colônia “começaram os soldados com distúrbios, e desgostos a inquietar a praça. Mostravam que da guerra não tinham experiência, [e ainda] menos sofrimento para os trabalhos de um sítio rigoroso. Sabiam melhor contender com os domésticos, que disputar com os estranhos”.⁵⁰ A exemplo do que ocorria em Sacramento, o regimento de Dragões que havia chegado de reforço da Espanha também foi acusado de constantemente entrar em atrito com a população.⁵¹

O imenso esforço de guerra pela defesa da Colônia do Sacramento já começa a preocupar as autoridades coloniais. Embora o vice-rei escrevesse à corte que não tinha os meios necessários para socorrer Colônia, uma vez que lhe faltavam munições, armas e mesmo dinheiro para pagar os Terços da guarnição de Salvador, além de alegar que não encontrara no porto nenhum navio capaz que se pudesse armar para transportar os reforços a Sacramento,⁵² conseguiu mandar novo socorro em 3 de dezembro de 1736. Composto de cem soldados retirados dos Terços da guarnição, cinquenta artilheiros,

dois capitães e um alferes, este segundo socorro chegou quando os espanhóis já haviam levantado o cerco, sendo, portando, enviado para reforçar o novo estabelecimento criado no Rio Grande de São Pedro.⁵³ Em janeiro do ano seguinte, o vice-rei, conde das Galveas, queixou-se a Martinho de Mendonça de que para acudir Sacramento “será necessário destruir todas as praças da América dos meios de se poderem defender porque em todas vai faltando o dinheiro, a gente e os mantimentos”.⁵⁴

De fato, o recrutamento forçado já começava a ameaçar a economia das áreas onde era praticado com maior intensidade. Em março de 1737, Martinho de Mendonça escrevia a Gomes Freire sobre a falta de oficiais nas forças de Minas Gerais, constantemente sangradas em benefício da Colônia do Sacramento. Dos últimos homens que enviara ao Rio de Janeiro, para dali seguirem rumo ao Prata, tecia um comentário pouco lisonjeiro, já que se tratavam de “novatos, e eram o último refugio de todos os destacamentos”.⁵⁵ Em maio, o mesmo queixava-se de que “nas vilas do caminho velho se prende para a Colônia não só os vadios e moradores, mas os homens do caminho que vão buscar carregações ou vêm com elas”. Preocupava-o, então, o fato de que o abuso no recrutamento compulsório, praticado nos caminhos que ligavam ao litoral, poderia gerar uma crise no abastecimento de Minas Gerais.⁵⁶

Por sua vez, embora o governador de Pernambuco promettesse remeter duzentos homens ao governador do Rio de Janeiro,⁵⁷ não cumpriu sua promessa, sendo então severamente repreendido pelo Secretário de Estado por agir com frouxidão na organização dos reforços que a capitania devia mandar para Sacramento. Além da demora no apresto, a Coroa estranhou a ordem de suspensão dada pelo governador à organização da expedição de socorro, assim que recebeu a notícia de que os espanhóis levantaram o cerco com a chegada de reforços aos sitiados. Deveria, pois, remeter com urgência para o Rio um destacamento dos melhores homens das guarnições pernambucanas e proceder ao recrutamento para substituir os que partiam para o sul. O governador ficava advertido que “em tudo o mais que se lhe pedir para ajuda da conservação ou restauração dos domínios daquelas partes ponha vossa senhoria a maior diligência e cuidado porque de toda negligência que houver neste particular se dará Sua Majestade por muito mal servido”.⁵⁸

Advertido, em 1737, o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, informava que enviara mantimentos e quatro companhias em socorro à Colônia do Sacramento. Através da certidão de Francisco de Oliveira Miranda, ajudante do número

do Terço de Olinda, sabemos que ele partiu para Colônia, chegando ao Rio de Janeiro em princípios de agosto de 1737. Lá ele foi encarregado pelo governador Gomes Freire de embarcar com os oficiais e trinta e seis soldados da sua companhia para o Rio da Prata. Com eles, seguiram na embarcação mais “quarenta e tantos soldados da Bahia, que sem oficial maior iam de guarnição na dita nau”.⁵⁹

Se os soldados eram normalmente recrutados entre as classes desfavorecidas, os oficiais geralmente provinham de classes mais elevadas. O alferes Manuel Rodrigues Campelo seguiu para a Colônia do Sacramento em 1736, onde ficou encarregado do seu regimento após a morte do comandante do mesmo. Na sua folha de serviços “consta ser das principais famílias de Pernambuco e abundante de cabedais”.⁶⁰

O envio de soldados para o sul desguarneceu as fortificações pernambucanas. Em 1738, em resposta às preocupações do governador de Pernambuco sobre a falta de qualidade das tropas para a defesa da capitania, o Conselho Ultramarino foi de parecer que o governador desse baixa aos soldados que achasse “menos capazes” de continuar no serviço militar assim que voltasse o destacamento enviado à Colônia do Sacramento. O governador deveria preencher o número das baixas nos Terços com os homens que voltavam da guerra no sul contra os espanhóis.⁶¹

Entretanto nem todos voltaram, pois a Coroa precisava de gente para a recente fortificação erigida pelo Brigadeiro José da Silva Pais no Rio Grande de São Pedro, em fevereiro de 1737 com homens “tirados das tropas auxiliares do Rio de Janeiro, Minas, Bahia e Pernambuco”.⁶² Alguns militares tiveram que recorrer ao rei a fim de poder retornar a seus lares. Temos o pedido de transferência de um dos soldados pernambucanos enviados em socorro à Colônia do Sacramento.

Em 1741, João de Sá Maia, soldado de uma das companhias do Terço pago do Recife, servindo em Sacramento desde fevereiro de 1737, pediu licença para voltar para Pernambuco, onde tinha “mulheres e filhos e ser nela casado e sem outros algum abrigo mais que a misericórdia divina”.⁶³ Pedia a sua volta alegando que outros companheiros já tinham sido autorizados a retornar. Provavelmente os soldados que não tinham amigos ou parentes influentes, nem dinheiro para iniciar um processo de transferência, tiveram de resignar-se em ficar para sempre no sul.

Há poucas referências sobre os militares baianos que ficaram no Rio Grande de São Pedro. A documentação nos informa somente sobre os indivíduos que tinham contatos ou dinheiro suficiente para iniciar um processo administrativo que lhes

permitisse voltar para casa. Em 16 de julho de 1742, Manuel Gonçalves Viana, sargento supra de infantaria da guarnição da Bahia pediu “para se recolher à dita sua praça, por se achar decrépito na idade e vir com tanta violência de um destacamento para outro”.⁶⁴ Em 30 de julho de 1748, Amaro Botelho, soldado infante da praça da Bahia pediu seis meses de licença para retornar para casa na companhia do capitão João Caetano de Barros.⁶⁵

Temos o registro de um pedido para ficar no sul, o que representa provavelmente uma tentativa de ascender na carreira militar, mais fácil de ocorrer numa nova povoação do que em Salvador. Em 2 de maio de 1750, Antônio Soares da Fonseca, sargento do número da guarnição da Bahia pediu para sentar praça no Rio Grande de São Pedro com o posto de alferes.⁶⁶

O armistício de 1737 salvou o governo colonial de um colapso em seu sistema defensivo. Porém, até a assinatura de um novo tratado que delimitasse precisamente a fronteira meridional, a situação continuaria tensa no Rio da Prata. Por sua vez, a fortificação erigida no Rio Grande de São Pedro, naquele mesmo ano, continuava a exigir mais homens, armamentos e mantimentos para sua manutenção. Tropas do norte continuaram a seguir para o Rio da Prata.

Em 1748, Antônio Gomes de Sá fez um requerimento ao rei solicitando que o vice-rei nomeasse outro oficial para ocupar seu posto em Colônia. Dizia que em março de 1744 embarcara com uma tropa para Sacramento para substituir outra que deveria voltar à Bahia. Pedia sua volta a Salvador alegando que “o espaço de três anos que lá se acha o suplicante fora de sua casa, tem sido bastante a pôr as suas dependencias e negócios dela em uma deteriorada situação, quanto mais estendendo-se a sua demora”.⁶⁷

Em 1756, Antônio Gomes de Sá solicitava o posto de capitão numa “das companhias que se acham vagas” na Bahia. Dizia que “tem servido e serve a Vossa Majestade na praça da Bahia e na Nova Colônia do Sacramento mais de vinte anos com honra e bom procedimento”. Ocupara os postos subalternos até o de tenente da companhia do coronel Manuel Domingues Portugal, “que exercita há mais de seis anos como consta nos papéis de seus serviços”.⁶⁸

Em 1789, Inácio da Soledade da Cruz escrevia à rainha D. Maria I, solicitando a remuneração dos serviços que prestara na Bahia e na Colônia do Sacramento. Em sua larga folha de serviço, dizia ter sentado praça voluntariamente em 3 de fevereiro de 1725, passando por todos os postos militares, de soldado até o de tenente, com o qual se

achava aposentado. Servira na Colônia do Sacramento de 1736 a 1738, guarnecendo o baluarte de São João. Segundo os certificados que apresentou como prova de seu valor no real serviço, Inácio foi responsável pelo transporte de tropas, por patrulhas e participou do ataque ao exército espanhol que resultou na morte do comandante do campo de bloqueio, D. Francisco Neto.⁶⁹

Através da carta régia de 22 de março de 1766, enviada ao vice-rei e aos governadores e capitães-generais do Brasil a Coroa portuguesa ordenava que se alistassem todos os homens válidos para o serviço militar: “nobres, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”. O objetivo era aumentar os efetivos das tropas de ordenanças e auxiliares para defender a colônia dos ataques dos inimigos.⁷⁰ Enquanto as tropas de ordenança não eram obrigadas a se deslocar de suas bases, os auxiliares podiam ser enviados ao front durante as guerras, quando deveriam receber soldo e munição como os soldados das tropas regulares.

Outra carta régia, datada de 12 de maio de 1775, ordenou ao governador de Pernambuco o recrutamento de pardos e negros a fim de reforçar as defesas do sul da América portuguesa. Relembrando a participação de negros e pardos nas guerras contra os holandeses no século XVII, o governador deveria formar dois batalhões de seiscentos homens cada, um de Henriques e outro de pardos para enviá-los ao Rio de Janeiro.⁷¹

O marquês de Pombal escreveu ao vice-rei do Brasil, marquês do Lavradio, ordenando-lhe o envio de tropas recrutadas em Pernambuco para a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro.

Lembrando-se o dito senhor do terror pânico que os exércitos de França conceberam na guerra da Boêmia aos Panduros, que na realidade não eram outra coisa mais que uns hussardos vestidos extraordinariamente e, de modo que pareciam bárbaros e selvagens; lembrando-se o mesmo senhor do medo que na última guerra do ano de 1762 fizeram aos espanhóis os paisanos das nossas províncias de Trás-os-Montes e da Beira; e constando-lhe que aos mesmos espanhóis europeus causam outro grande terror pânico os negros, de sorte que na ocasião em que fugiram de Vila Real, davam por motivo da sua fugida que vinha contra eles marchando um grande número de negros: manda transportar de Pernambuco um batalhão de 600 homens do regimento dos pretos, chamado de Henrique Dias, e outro dos pardos daquele país, para servirem, ou na dita ilha de Santa Catarina, ou no dito Rio Grande de S. Pedro, onde V. Ex.^a achar que podem ser mais úteis; fazendo-os fornecer de munições de boca e de guerra enquanto ali forem precisos, e concedendo-lhes para entre si repartirem todas as presas que fizerem sobre os inimigos.⁷²

Pombal apostava no exotismo que uma tropa de negros teria sobre o moral de um exército europeu. Comparados aos hussardos franceses, os negros deveriam assustar os espanhóis com seu aspecto “bárbaro e selvagem”. Contudo, ordenava que a tropa de pernambucanos não deveria ser desprezada pelos militares portugueses, pois lembrava que as tropas de negros e pardos tinham um passado glorioso e que foram criadas na época da guerra contra os holandeses, sendo fundamentais para a reconquista de Pernambuco e que o rei os estimava muito.

E Sua Majestade manda prevenir a V. Ex.^a que os referidos pretos e pardos são descendentes dos heróis tão grandes como foram, o preto Henrique Dias e o pardo D. Antônio Filipe Camarão, os quais à testa da gente de suas respectivas cores, que uniram em corpos, lançaram os holandeses (quando foram mais belicosos) fora de Pernambuco; restituindo aquele importante Estado ao domínio do senhor rei D. João IV. Sua Majestade por esta memória estima tanto aqueles vassallos pretos e pardos, que no ano próximo passado despachou com o hábito de S. Tiago o mestre de campo de dos segundos deles: manta tratar nesta corte os oficiais deles como os das outras tropas sem diferença alguma; mandando-os V. Ex.^a aí tratar da mesma sorte; não permitindo que o desprezem, obrarão maravilhas contra os castelhanos.⁷³

A participação nas tropas auxiliares de negros e pardos era uma das vias de ascensão social mais destacada entre os homens de cor livres da América portuguesa, particularmente em Pernambuco. Em meados do século XVIII havia terços de Henriques em quase todas as freguesias de Pernambuco e de suas capitâneas anexas, nos informa Luiz Geraldo Silva. Porém, segundo o mesmo autor o crescimento do número de soldados negros e pardos ao longo dos setecentos, principalmente na década de 1770, não se devia unicamente aos desejos de ascensão dos libertos, pois atendia aos interesses da Coroa portuguesa em reforçar sua presença militar no Brasil. Em 1774, o governador de Pernambuco criou o segundo regimento de mulatos ou pardos e o segundo regimento de negros auxiliares, logo chamado “terço novo”.⁷⁴

Segundo Francis Cotta, antes vistos com receio pelas autoridades coloniais, “na década de 1780 os vassallos militares pardos e negros libertos reafirmaram sua importância para o sistema militar da América Portuguesa tornando-se mais visíveis aos olhos do rei através de figurinos militares”.⁷⁵

Nas últimas décadas do século XVIII, portanto, aumentou o número de tropas pernambucanas que seguiram para o sul da América portuguesa. Em 1774 embarcou o regimento do Recife para o Rio Grande do Sul, com escala no Rio de Janeiro. Uma

sumaca se perdeu da frota e foi parar nas ilhas Malvinas, onde os sobreviventes foram socorridos por alguns foragidos espanhóis e ingleses que os conduziram à Colônia do Sacramento. Em 1776 já teriam seguido de Pernambuco mil e cinquenta soldados.⁷⁶

A manutenção da Colônia do Sacramento, pela sua posição geográfica, muito próxima aos estabelecimentos espanhóis, sempre exigiu um esforço considerável da Coroa portuguesa, em suprimentos e homens. Para povoar e defender Sacramento se juntaram súditos de boa parte dos domínios portugueses, do Reino e das capitanias do Estado do Brasil. Se a maior parte dos homens recrutados no Brasil para o Rio da Prata seguia do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo e Minas Gerais, em momentos críticos o recrutamento se estendia às capitanias nortistas da Bahia e de Pernambuco.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil with Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio*. Berkeley - Los Angeles: University of California Press, 1968.
- BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1492-1825)*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.
- CARDINI, Franco. *La Culture de la Guerre*. Paris : Gallimard, 1992.
- COATES, Timothy J. *Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português (1550-1755)*. Tradução de José Vieira de Lima. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- COROACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século 17*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- COSTA, Fernando Dores. “Os Problemas do Recrutamento Militar no final do Século XVIII e as Questões da Construção do Estado e da Nação”. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 130, vol. XXX, 1995 – 1º, 121-155pp.
- _____. “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)”. *Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996.
- _____. “O Bom Uso das Paixões: Caminhos Militares na Mudança do Modo de Governar”. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 149, vol. XXXIII, 1998 – 5º, 969-1.017pp.
- COTTA, Francis. *No rastro dos Dragões: Universo militar luso-brasileiro e as políticas da ordem nas Minas setecentistas*. Tese de doutorado, UFMG, 2004.

- GOUVEA, António Camões e MONTEIRO, Nuno G. “A Milícia”. In: MATTOSO, José (dir.) e HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. IV.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 11ª edição. Tradução de Luís da Câmara Cascudo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2002.
- LEONZO, Nanci. “As Instituições Militares”. In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1986, vol. VIII.
- LISANTI, Luís (org.). *Negócios Coloniais (Uma Correspondência Comercial do Século XVIII)*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- MIRALES, José de. “História Militar do Brasil” [1762]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, vol. XXII.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- MONTESQUIEU. *Grandeur et Décadence des Romains*. Paris: Flammarion, 1968.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986.
- POSSAMAI, Paulo. *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento, o Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.
- SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata [1737]*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.
- SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Nova Fronteira, 1990.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.
- SILVA, Luiz Geraldo. “Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”, in: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2003.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas. Este artigo sintetiza partes da minha tese de doutorado, publicada em 2006 pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa, com o nome: *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*, e conta com acréscimos resultados de pesquisas posteriores à defesa da tese e a sua publicação.

¹ CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

² “Banda Oriental” era o nome dado pelos espanhóis ao território situado na margem leste do rio Uruguai, região hoje dividida pela República Oriental do Uruguai e pelo estado do Rio Grande do Sul.

³ Consulta do Conselho Ultramarino de 21/01/1726. *IHGB*, Arq. 1.1.21, ff. 344v-346.

⁴ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1917, XXXIX, pp. 369-370.

⁵ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 331.

⁶ PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento, o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 53.

-
- ⁷ GOUVEA, António Camões Gouveia; MONTEIRO, Nuno G. “A Milícia”, in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1997, vol. 4, p. 199.
- ⁸ COSTA, Fernando Soares. “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação”, in: *Revista Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 130, vol. XXX, 1995, p. 121
- ⁹ SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Nova Fronteira, 1990, p. 111.
- ¹⁰ COSTA, Fernando Soares. “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)”. *Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996, p. 13.
- ¹¹ COSTA, Fernando Soares. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”, in: *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 149, XXXIII, 1998 – p. 972.
- ¹² COSTA, Fernando Soares. “Os problemas do recrutamento militar...”, op. cit., p. 130.
- ¹³ COSTA, Fernando Soares. “Condicionantes sociais...”, op. cit., p. 15.
- ¹⁴ COSTA, Fernando Soares. “Os problemas do recrutamento militar...”, op. cit., p. 126.
- ¹⁵ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2002, p. 490.
- ¹⁶ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1909, XXXI, p. 503.
- ¹⁷ Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire. Vila Rica, 28/10/1736, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 374.
- ¹⁸ KOSTER, Henry. Op. cit., p. 489.
- ¹⁹ Citado em: COSTA, Fernando Soares. “Os problemas do recrutamento militar...” Op. cit., p. 121.
- ²⁰ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1909, XXXI, p. 469.
- ²¹ CARDINI, Franco. *La Culture de La Guerre*. Paris: Gallimard, 1992, pp. 190-193.
- ²² MONTESQUIEU. *Grandeur et décadence des Romains*. Paris: Flammarion, 1968, p. 35.
- ²³ *Documentos Históricos*, 1938, XL, p. 171.
- ²⁴ PEREGALLI, Enrique. *O Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986, p. 22.
- ²⁵ SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 257.
- ²⁶ COROACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século 17*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 201.
- ²⁷ Carta de Vahia Monteiro a Vasconcelos, 29 de agosto de 1732. *ANRJ*, cód. 83, vol. 4, f. 104v.
- ²⁸ BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 298.
- ²⁹ COATES, Timothy J. *Degredados e Órfãos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 187.
- ³⁰ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley - Los Angeles: University of California Press, 1968, p. 70, nota 32.
- ³¹ Rego Monteiro publicou a relação dos degredados, os quais seriam: Manoel da Fonseca, Francisco Antunes, Pedro Martins, Manoel da Silva, Paulo de tal (sic), Antônio Vaz, Francisco Correa, Manoel Rodrigues Faria, Manoel Alvares, Matheus Alvares, Domingos Gomes, Francisco Luiz de Borba, Manoel Marques, Francisco da Costa, Antônio de Jesus. Cf. MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 2, p. 54.
- ³² COATES, Timothy J. Op. cit., pp. 143-144.
- ³³ ALDEN, Dauril. Op. cit., p. 70, n. 32.
- ³⁴ *Documentos Históricos*, 1949, LXXXVI, p. 229.
- ³⁵ *Documentos Históricos*, 1949, LXXXVI, p. 55.
- ³⁶ *Documentos Históricos*, 1949, LXXXVI, p. 63.
- ³⁷ *Documentos Históricos*, 1949, LXXXVI, p. 67.
- ³⁸ *Arquivo Histórico Ultramarino [AHU] ACL_CU_005*, Cx. 15, D. 1298.
- ³⁹ *AHU_ACL_CU_005*, Cx. 20, D. 1773.
- ⁴⁰ *AHU_ACL_CU_005*, Cx. 22, D. 1995.
- ⁴¹ *AHU_ACL_CU_005*, Cx. 22, D. 1995.
- ⁴² *AHU_ACL_CU_005*, Cx. 39, D. 3587.
- ⁴³ LISANTI, Luís (org.). *Negócios Coloniais (Uma Correspondência Comercial do Século XVIII)*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. 4, p. 385.
- ⁴⁴ SILVA, Silvestre Ferreira da. *Op. cit.* p. 41.
- ⁴⁵ *AHU_ACL_CU_012*, Cx. 3, D. 313.

-
- ⁴⁶ AHU_ACL_CU_005, Cx. 56, D. 4803.
- ⁴⁷ MIRALES, José de. História militar do Brasil, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1900, XXII, p. 172.
- ⁴⁸ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, cód. 60, vol. 19, ff. 199-199v.
- ⁴⁹ SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 94.
- ⁵⁰ Idem, p. 96.
- ⁵¹ Idem, p. 156.
- ⁵² *Documentos Históricos*, 1951, XCI, pp. 58-61.
- ⁵³ MIRALES, José de. Op. cit., p. 172.
- ⁵⁴ Carta do Conde das Galveas a Martinho de Mendonça, 10/01/1737, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 271.
- ⁵⁵ Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 26/03/1737, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 402.
- ⁵⁶ Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 22/05/1737, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 429.
- ⁵⁷ Carta de José Silva Pais ao rei, 28/01/1736, in: *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*, 1948, n.º 109-112, p. 47.
- ⁵⁸ Carta de Antônio Guedes Pereira, Secretário de Estado, ao governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, 27/07/1736, in: *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*, 1946, n.º 104, p. 447.
- ⁵⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 51, D. 4482.
- ⁶⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 51, D. 4492.
- ⁶¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 52, D. 4584.
- ⁶² SÁ, Simão Pereira de. Op. cit., p. 160.
- ⁶³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 58, D. 4982.
- ⁶⁴ *Anais do Arquivo Histórico do RS*, 1977, vol. I, p. 179.
- ⁶⁵ *Anais do Arquivo Histórico do RS*, 1977, vol. I, p. 231.
- ⁶⁶ *Anais do Arquivo Histórico do RS*, 1977, vol. I, p. 249.
- ⁶⁷ AHU_ACL_CU_005, Cx. 94, D. 7548.
- ⁶⁸ AHU_ACL_CU_005, Cx. 129, D. 10096. Embora no catálogo conste: “REQUERIMENTO de Antônio Gomes de Sá ao rei [D. José] solicitando provisão para o posto de capitão de uma das companhias que se acha vago na nova colônia do Sacramento”. O documento em questão é claro em dizer que a vaga era para a Bahia e não para Sacramento: “porque na mesma praça da Bahia se acham vagas duas companhias que se hão de propor a Vossa Majestade para se consultarem na forma de suas reais ordens. Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê provê-lo no posto de capitão de uma das companhias que se acham vagas”.
- ⁶⁹ AHU_ACL_CU_005, Cx. 191, D. 13994.
- ⁷⁰ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças Militares no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 143.
- ⁷¹ SILVA, Luís G.; SOUZA, Fernando P.; PAULA, Leandro F. de. “A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos”. Curitiba, *VII Jornada Setecentista*, 2007.
- ⁷² Carta do marquês de Pombal ao vice-rei do Brasil, 09/05/1775, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, primeiro trimestre de 1868, tomo 31, primeira parte, pp. 342-343.
- ⁷³ Idem.
- ⁷⁴ SILVA, Luiz Geraldo. “Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”, in: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2003, p. 500.
- ⁷⁵ COTTA, Francis. *No rastro dos Dragões: Universo militar luso-brasileiro e as políticas da ordem nas Minas setecentistas*. Tese de doutorado, UFMG, 2004, p. 214
- ⁷⁶ SILVA, Kalina Vanderlei. Op. cit., pp. 215-216.